

OBRAS PASTORAIS E DOUTRINÁRIAS  
DO MUNDO IBÉRICO

# O SÍNODO DE SEVILHA DE 1490

*Silvia María Pérez González  
Alberto Ruiz-Berdejo Beato  
Universidad Pablo de Olavide*

---

*O ensino da fé cristã na Península Ibérica  
(sécs. XIV, XV e XVI)*



# Obras Pastorais e doutrinárias do mundo ibérico

## *O Sínodo de Sevilha de 1490*

### **Para citação e referência:**

PÉREZ GONZÁLEZ, Silvia Maria e RUIZ-BERDEJO BEATO, Alberto. “O Sínodo de Sevilha de 1490”. In: TEODORO, Leandro Alves (Org.). **O ensino da fé cristã na Península Ibérica (séculos XIV, XV e XVI)**. Banco de dados (Online). 2021. Disponível em:  
Consulta em: XX/XX/ XXXX.

## O Sínodo de Sevilha de 1490

A tradição sinodal de Sevilha na Baixa Idade Média é muito concisa. Para o período compreendido entre 1248 e 1512, só existem notícias de três concílios provinciais, um sínodo e umas constituições que alguns autores qualificam também como sínodo. Não se conservam as atas de todos os encontros, mas em vários casos temos notícias do seu desenvolvimento através de menções indiretas em documentos posteriores. Isso contribui para acentuar o valor do documento que hoje analisamos: o Sínodo de Sevilha de 1490.

Dito Sínodo foi convocado pelo Arcebispo de Sevilha, Diego Hurtado de Mendoza (1495-1502), que foi sobrinho de Pedro González de Mendoza, Cardeal de Espanha. São conservadas duas cópias de suas constituições, ambas custodiadas na Biblioteca Capitular do Arcebispado de Sevilha. A *Cópia A* (seção 9, expediente 12) se encontra inserida em um volume variado e compreende desde o fólho 37r ao 47r do mesmo. Se trata da versão mais antiga, a qual será tomada como referência no presente estudo. A *Cópia B* (assinatura 59/6/13) corresponde a um manuscrito do século XVII, também de natureza variada. A principal diferença entre ambas as cópias reside no número de constituições. Enquanto *Cópia A* conta com 29, a *Cópia B* possui 28. O motivo é a omissão (não sabemos se intencionalmente ou não) da constituição número XII relativa ao modo correto de proceder com a “capela” nos batizados.

De uma forma ou de outra, devemos sublinhar que a intencionalidade do documento não busca reformar o clero e a vida religiosa em todos os seus planos, mas sim influenciar em certos problemas que o Arcebispo ou o autor do manuscrito consideraram importantes. E fazemos bem em questionar a autoria do mesmo, pois o prelado hispalense residiu durante todo seu episcopado fora da sede hispalense, na corte. Levando em consideração esse detalhe, parece lógico colocar entre as questões seu real conhecimento dos problemas do seu arcebispado.

O conteúdo das constituições do Sínodo é bastante variado, podendo se classificar em sete grupos temáticos fundamentais:

- O primeiro se refere aos sacramentos. Em relação à eucaristia, se centra no cerimonial das missas de Prima e Tercia (I), na não conveniência de celebrar a missa antes de amanhecer (XVI) e na necessidade de cantar o credo completo nas missas solenes (VII). Por outro lado, se dá atenção especial ao batismo e ao matrimônio. Em relação ao batismo, se estabelece que se administre por imersão e não por aspensão (XI), que o oficiante seja o responsável de retirar o pano branco ou a seda nos batizados (XII), que não haja mais do que quatro padrinhos e/ou madrinhas (XIV) e que se lavre um certificado batismal (XIII). A respeito dos enlaces matrimoniais, se especifica que não

- se disperse as admoestações (XV) e que a missa da Vigília não tenha lugar antes do amanhecer (XVI).
- Uma segunda seção afeta o ofício divino e a celebração das horas canônicas (II), assim como a proibição de celebrar outros sacramentos sem necessidade enquanto durasse a celebração da missa dominical no altar principal dos templos (XXII).
  - Em terceiro lugar, encontramos diversas constituições relativas aos templos, os quais deveriam abrir ao amanhecer (III), e aos objetos litúrgicos: cálices (IV), porta-paz de metal ou madeira (IV), purificadores e corporais (V), toalhas para o altar (V), ornamentos litúrgicos (V) e formas redondas pequenas para a comunhão dos fiéis (VI).
  - Um quarto grupo se refere ao clero em suas mais diversas facetas, pontuando a necessidade de todos os clérigos portassem uma indumentária decente e honesta (IV, X). Posteriormente, se pontuam aspectos relativos a diferentes níveis de ordenação clerical. Para os curas se estabelece a necessidade de que ao menos um deles more na comunidade em que prestam seus serviços (XX); para os beneficiados que não frequentam as missas Prima e Tercia (I) e que não coloquem capelães a seu serviço sem exame prévio (XVII), quem devia assistir as missas Prima e Tercia (I) e aos ofícios divinos de domingos e festas (VIII); para os patronos de igrejas e capelanias se estabelece uma obrigação similar para evitar a nomeação de capelães sem exame prévio que garantisse sua atitude (XVII). Além do mais, fica proibido que um mesmo clérigo sirva mais de um benefício e capelania (XVIII). Por sua vez, os sacristãos seriam os vigilantes do clero, apontando suas faltas (I, VIII), as missas celebradas (XXI) e dormindo nas igrejas (III).
  - O quinto se centra na religiosidade popular e luta contra a heterodoxia e a proliferação de práticas supersticiosas no culto. Nesse sentido, se estabelece que não se celebre vigílias de santos (IX) e que a pitaça das festas votivas das irmandades seja distribuída entre os clérigos presentes (XIX). Por outro lado, se proíbe a celebração das missas votivas de Santo Amador, do conde ou de São Vicente (XXVIII).
  - Sobre as emparedadas, o sexto grupo temático reafirma a necessidade de confinamento e isolamento das emparedadas em suas clausuras, as ameaçando de perder o direito se esta condição não fosse cumprida (XXV).
  - Em sétimo lugar, observamos apreciações relativas à morte e aos ritos funerários. Neste aspecto, são mencionados alguns abusos nas missas de 30 anos pela alma dos defuntos

(XXVIII) e se limita ao luto excessivo (XXVI). Além disso, são fixadas as taxas que os clérigos e sacristãos devem cobrar pela celebração dos funerais (XXIV).

- Finalmente, existem algumas apreciações sobre os excomungados, cujos nomes deviam ser publicados (XXIII). Atenção especial é dada ao modo de se proceder com os excomungados absolvidos e reincidentes (XXIV).

Todos esses aspectos nos mostram a riqueza litúrgica de Sevilha na Baixa Idade Média, mas sua comparação com os coletados em outros sínodos e concílios anteriores e posteriores evidenciam a escassa efetividade de algumas das medidas promulgadas. Servem de exemplo os pleitos públicos que diversas emparedadas empreenderam, os quais oferecem provas de um contato social mais que patente, ou a persistência de missas votivas ou devocionais até meados do século XVII. Não seria até a celebração do Concílio de Trento (1545-1563) e sua adaptação às necessidades do arcebispado de Sevilha através do Sínodo de 1604, quando as práticas religiosas do povo começaram a se homogeneizar em torno dos cânones estabelecidos pela Igreja.

**Palavras-chave:** Sevilha; Arcebispado de Sevilha; Sínodo; Diego Hurtado de Mendoza

Silvia María Pérez González  
Alberto Ruiz-Berdejo Beato  
Universidad Pablo de Olavide

## El Sínodo De Sevilla De 1490

La tradición sinodal de Sevilla en la Baja Edad Media es muy escueta. Para el período comprendido entre 1248 y 1512 solo existen noticias de tres concilios provinciales, un sínodo y unas constituciones que algunos autores califican también como sínodo. No se conservan las actas de todos estos encuentros, sino que en varios casos tenemos noticia de su desarrollo a través de menciones indirectas en documentos posteriores. Ello contribuye a acentuar el valor del documento que hoy analizamos: el Sínodo de Sevilla de 1490.

Dicho Sínodo fue convocado por el arzobispo de Sevilla, Diego Hurtado de Mendoza (1495-1502), quien fuera sobrino de Pedro González de Mendoza, cardenal de España. Se conservan dos copias de sus constituciones, ambas custodiadas en la Biblioteca Capitular del Arzobispado de Sevilla. La *Copia A* (sección 9, legajo 12) se encuentra inserta en un volumen variado y comprende desde el folio 37r. al 47r. del mismo. Se trata de la versión más antigua, por lo que será la que tomemos como referencia en el presente estudio. La *Copia B* (signatura 59/6/13) corresponde a un manuscrito del siglo XVII, también de naturaleza variada. La principal diferencia entre ambas copias reside en el número de constituciones. Mientras la *Copia A* cuenta con 29, la *Copia B* posee 28. El motivo es la omisión (no sabemos si intencionadamente o no) de la constitución número XII, relativa al correcto modo de proceder con el “capillejo” en los bautizos.

De una forma o de otra, debemos subrayar que la intencionalidad del documento no busca reformar el clero y la vida religiosa en todos sus planos, sino más bien incidir en ciertos problemas que el arzobispo o el autor del manuscrito consideró importantes. Y hacemos bien en cuestionar la autoría del mismo, pues el prelado hispalense residió durante todo su episcopado fuera de la sede hispalense, en la Corte. Teniendo en cuenta este detalle, parece lógico colocar entre interrogantes su conocimiento real de los problemas de su arzobispado.

El contenido de las constituciones del Sínodo es bastante variado, pudiendo clasificarse en siete grupos temáticos fundamentales:

- El primero alude a los sacramentos. En lo relativo a la eucaristía, se centra en el ceremonial de las misas de prima y tercia (I), en la no conveniencia de celebrar misa antes del amanecer (XVI) y en la necesidad de cantar el credo completo en las misas solemnes (VII). Por otra parte, se presta especial atención al bautismo y al matrimonio. En lo relativo al bautismo, se establece que se administre por inmersión y no por aspersión (XI), que el oficiante sea el responsable de retirar el paño blanco o “capillejo”

a los bautizados (XII), que no haya más de cuatro padrinos y/o madrinas (XIV) y que se redacte una partida bautismal (XIII). Respecto a los enlaces matrimoniales, se especifica que no se dispensen las amonestaciones (XV) y que la misa de velaciones no tenga lugar antes del alba (XVI).

- Un segundo apartado incide en el oficio divino y en la celebración de las horas canónicas (II), así como en la prohibición de celebrar otros sacramentos sin necesidad mientras durase la celebración de la misa dominical en el altar mayor de los templos (XXII).
- En tercer lugar, encontramos diversas constituciones relativas a los templos, los cuales debían abrir al amanecer (III), y a los objetos litúrgicos: cálices (IV), porta paz de metal o madera (IV), purificadores y corporales (V), manteles de altar (V), ornamentos litúrgicos (V) y formas redondas pequeñas para la comunión de los fieles (VI).
- Un cuarto grupo se refiere al clero en sus más diversas facetas, puntualizando en la necesidad de que todos los clérigos portaran una indumentaria decente y honesta (IV, X). Posteriormente, se puntualizan aspectos relativos a diferentes niveles de ordenación clerical. Para los curas se establece la necesidad de que al menos uno de ellos more en la collación en la que dispensan sus servicios (XX); para los beneficiados que no asistan a las misas de prima y tercia (I) y que no pongan capellanes a su servicio sin examen previo (XVII), quienes debían asistir a las misas de prima y tercia (I) y a los oficios divinos de domingos y fiestas (VIII); para los patronos de iglesias y capellanías se marca una obligación similar para evitar el nombramiento de capellanes sin examen previo que garantizase su aptitud (XVII). Asimismo, se prohíbe que un mismo clérigo sirva más de un beneficio y capellanía (XVIII). Por su parte, los sacristanes serían los vigilantes del clero, apuntando sus faltas (I, VIII), las misas celebradas (XXI) y durmiendo en las iglesias (III).
- El quinto se centra en la religiosidad popular y lucha contra la heterodoxia y la proliferación de prácticas supersticiosas en el culto. En este sentido, se establece que no se celebren vigiliias de santos (IX) y que la pitanza de las fiestas votivas de las cofradías se reparta entre los clérigos presentes (XIX). Por otra parte, se prohíbe la celebración de las misas votivas de san Amador, del conde o de san Vicente (XXVIII).
- Respecto a las emparedadas, el sexto grupo temático reafirma la necesidad de encerramiento y aislamiento de las emparedadas dentro de sus emparedamientos, amenazando con perder el derecho si esta condición no era cumplida (XXV)

- En séptimo lugar, observamos apreciaciones relativas a la muerte y a los ritos funerarios. En este aspecto, se mencionan algunos abusos en los treintenarios de misas por el alma de los difuntos (XXVIII) y se limita el luto excesivo (XXVI). Además, se fijan los aranceles que debían cobrar los clérigos y sacristanes por la celebración de entierros (XXIV).
- Finalmente, existen algunas apreciaciones sobre los excomulgados, cuyos nombres debían ser publicados (XXIII). Se presta especial atención al modo de proceder con los excomulgados absueltos y reincidentes (XXIV).

Todos estos aspectos nos muestran la riqueza litúrgica de la Sevilla bajomedieval, pero su comparación con los recogidos en otros sínodos y concilios anteriores y posteriores evidencian la escasa efectividad de algunas de las medidas promulgadas. Sirvan de ejemplo los pleitos públicos que diversas emparedadas emprendieron, los cuales ofrecen pruebas de un más que patente contacto social, o la persistencia de misas votivas o devocionales hasta bien entrado el siglo XVII. No sería hasta la celebración del Concilio de Trento (1545-1563) y su adaptación a las necesidades del arzobispado de Sevilla a través del Sínodo de 1604 cuando las prácticas religiosas del pueblo comenzarían a homogeneizarse en torno a los cánones establecidos por la Iglesia.

**Palabras clave:** Sevilla; arzobispado de Sevilla; sínodo; Diego Hurtado de Mendoza.

Silvia María Pérez González  
 Alberto Ruiz-Berdejo Beato  
 Universidad Pablo de Olavide

## Bibliografía

### Edições modernas:

SÁNCHEZ HERRERO, José (dir.). **Synodicon Baeticum II. Constituciones conciliares y sinodales del Arzobispado de Sevilla**. Tomo I: años 590-1604. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2007.

SÁNCHEZ HERRERO, José y PÉREZ GONZÁLEZ, Silvia María. “El Sínodo de Sevilla de 1490”. **Archivo Hispalense**, 1996, t. 79, n. 241.



## **Trecho traduzido e modernizado**

Constituições sinodais do cardeal Diego Hurtado de Mendoza (1490)

CAP. I – Ordem no dizer das missas

[1] Primeiramente, por quanto no dizer das missas do dia e Vésperas falamos haver grande defeito e negligência, mandamos que em todas as igrejas haja três benefícios ou a partir de cima, os quais mandamos servir continuamente os beneficiados por si mesmo ou com nossa licença por seus capelães suficientes, se diga todos os dias feriados, que não sejam festas de guarda, geralmente missa pela manhã, de maneira que acabe quase com o sair do sol, porque os trabalhadores ou negociadores possam ouvir sua missa rezada antes que vão aos seus trabalhos ou negociações. E depois a oração de Tercia digam à missa do dia cantada, segundo a regra desta diocese e província manda.

SÁNCHEZ HERRERO, José (dir.). **Synodicon Baeticum II. Constituciones conciliares y sinodales del Arzobispado de Sevilla**. Tomo I: años 590-1604. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2007, pp. 83-85.

**Autor do documento:** Diego Hurtado de Mendoza

**Título do documento:** Sínodo de Sevilla de 1490

**Data da composição:** 1490

**Imagem:** Biblioteca Colombina de Sevilla